POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA E CARIBE

Coordenador:

Marcellus Caldas
(Kansas State University)

Apresentadores:
1)Lauro Mattei – UFSC
2)Rafael Zavala – FAO-Brasil
3)José Garcia Gasques – MAPA e IPEA

Justificativa

A temática das políticas públicas de desenvolvimento rural, de apoio aos programas de alimentação e de debate sobre os impactos das mudanças climáticas na agricultura proposta na presente SORG mantém diversos alinhamentos ao tema geral do congresso. Em primeiro lugar, destaca-se que as discussões propostas mantém uma proximidade grande com diversos GTs que organizam a discussão geral do evento. No caso particular do GT 5 (Agricultura Familiar e Ruralidades) a proposta aqui vem de encontro ao tema geral desse grupo que contempla análises específicas e estruturais do desenvolvimento rural. Da mesma forma, o GT 7 contempla discussões acerca da problemática do desenvolvimento regional e territorial que encetaram novas abordagens sobre os assuntos. Também os GTs 10 e 11 contemplam temas amplos como a questão da segurança e soberania alimentar à luz dos mercados de alimentos, bem como dos resultados e mudanças nas análises de políticas públicas de desenvolvimento rural. Por fim, no GT3 estão contemplados os temas da evolução, estrutura e dinâmica dos complexos agroindustriais, momento em que aparece a discussão sobre os fatores determinantes da produtividade da agricultura brasileira, assunto que será fortemente enfatizado por um dos participantes da SORG.

Resumos Expandidos:

1. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: UM NOVO OLHAR SOBRE O MUNDO RURAL

Lauro Mattei

INTRODUÇÃO

No inicio do século XXI a temática do "Novo Desenvolvimentismo" passou a substituir a agenda neoliberal da década de 1990. No contexto geral do país, o crescimento econômico foi estimulado com base na expansão do mercado interno, ao mesmo tempo em que se buscou melhorar a distribuição de renda, via políticas sociais ativas e sob responsabilidade do Estado. Especificamente no âmbito rural foram estabelecidas prioridades para as políticas públicas destinadas aos setores da agricultura familiar e da reforma agrária, além de terem sido impulsionadas políticas rurais embasadas na abordagem territorial do desenvolvimento rural.

Dentre o mosaico de políticas públicas de apoio à produção e à comercialização que incidiram sobre as áreas rurais destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAES). Já na esfera das políticas públicas de infraestrutura nas áreas rurais os esforços se concentraram no Programa Luz para Todos; no Programa Água para Todos; e no Programa Nacional de Habitação Rural – Minha Casa Minha Vida Rural.

Registre-se que todos esses programas e políticas evidenciaram um conjunto de boas práticas sócio-produtivas e de empoderamento dos atores rurais, cujos resultados passaram a servir de balizamento para replicação dessas experiências em outros territórios latino-americanos.

Como esse paper se constitui em uma breve resenha de um amplo estudo realizado anteriormente, apenas serão sistematizados os principais aspectos observados e analisados nessas políticas específicas na perspectiva de apontar alguns avanços e desafios dessas políticas que inauguraram uma nova etapa do desenvolvimento rural do país. A metodologia do referido estudo se baseou em uma análise pormenorizada de todos os elementos

necessários para a compreensão da dimensão produtiva, econômica e social das políticas contempladas, uma vez que todas elas giraram ao redor da seguinte tríade: fortalecimento da agricultura familiar, promoção da reforma agrária e implementação da política de desenvolvimento territorial no país. Portanto, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI foi implantado no meio rural brasileiro um conjunto integrado de ações públicas que, além de contribuir decisivamente para o aumento da produção agropecuária do país, proporcionou vida digna para uma parcela expressiva da população que se encontrava à margem da sociedade brasileira, em especial os extrativistas, pescadores artesanais, povos ribeirinhos, povos da floresta, quilombolas e grupos indígenas, os quais também passaram a ter acesso aos recursos das distintas políticas públicas.

ELEMENTOS DE DESTAQUES ANÁLITICOS DESSE PROCESSO

No caso particular do Brasil, a emergência de novas institucionalidades responsáveis pela gestão social das políticas públicas traduz uma diretriz aprovada pela Constituição Federal do país de 1988 e permite que atores sociais, tradicionalmente excluídos dos processos de construção das políticas, tenham condições de ampliar sua participação na esfera pública. A histórica tradição da cultura autoritária, centralizada, descendente, clientelista, corporativista e assistencialista que permeia o Estado brasileiro se vê diante da necessidade de forjar e implementar estratégias que valorizem uma cultura democrática, descentralizada, participativa, convergente e transparente. No arcabouço institucional definido pela Constituição Federal de 1988, o tema da descentralização político-administrativa e fiscal do Estado brasileiro assume uma relevância central, contribuindo para conformar novas bases institucionais que regulem a transferência de determinadas competências aos níveis estaduais e municipais.

Foi neste cenário que a temática das novas ruralidades ganhou novos contornos analíticos desde os primórdios do século XXI a partir de um consenso formado que ressalta o fato de que os espaços rurais – brasileiro e latino-americano – são cada vez mais heterogêneos e de uma amplitude que vai além das tradicionais classificações oficiais. Esses dois aspectos (heterogeneidade e dimensão) atuam diretamente sobre as políticas públicas, obrigando-as a serem repensadas, ao mesmo tempo em que se estabeleçam novos parâmetros no processo de construção, execução e avaliação das mesmas.

Isso ficou mais evidente em países onde esse repensar das políticas públicas de desenvolvimento rural ampliou sua escala a partir da adoção da abordagem territorial,

passagem esta que, sem dúvida, foi limitada em muitos casos e portadora de inúmeras dificuldades. Todavia, o fato concreto é que essas experimentações recolocaram na ordem do dia um conjunto de temas que ainda precisam ser superados para se construir um novo paradigma de desenvolvimento, em que o espaço rural passe a ser concebido para além de um simples local de produção de mercadorias agropecuárias.

No caso particular do Brasil, após a adoção das novas políticas de desenvolvimento rural de base territorial no ano de 2003, abriu-se um leque enorme de oportunidades, especialmente no campo da democratização das políticas públicas. Todavia, a trajetória das políticas analisadas ainda é reveladora de que muitos gargalos continuam presentes e influenciando decisivamente os próprios resultados das referidas políticas. De uma maneira geral, destacaram-se os problemas de coordenação dessas políticas, tanto entre as diferentes esferas do próprio governo federal como entre os distintos níveis de governo (federal, regional e local); da falta de capacitação para formulação de projetos de desenvolvimento intersetoriais e multidimensionais; da falta de espaços para a gestão social e para o estímulo ao protagonismo político dos beneficiários; da ausência de envolvimento de todos os atores sociais na construção das políticas territoriais de desenvolvimento; e de poucas inovações no processo de construção e execução das novas políticas, etc.

Deste modo, para retomar os processos de governança territorial das políticas públicas de desenvolvimento rural e superar as limitações anteriormente identificadas, torna-se decisivo, antes de tudo, priorizar estes espaços como □*ócus* privilegiado da gestão social das políticas vinculadas ao desenvolvimento inclusivo e sustentável dos territórios rurais. Para tanto, é fundamental buscar fortalecer as capacidades de empoderamento dos atores territoriais para que tenham melhores condições de incidir nos processos de gestão de seus territórios, tornando-se, assim, protagonistas da construção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável no espaço rural brasileiro. Nesse sentido, os arranjos institucionais, criados ao longo desses últimos anos, representam arenas de participação social que permitem a ampliação da vivência cívica aos atores envolvidos nesses processos. Estes processos fortalecem a esfera pública da sociedade enquanto espaço de publicização e concertação de uma diversidade de demandas sociais e econômicas.

BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS

ABRAMAVOAY, R. **O capital social dos territórios: repensando desenvolvimento**

rural. Fortaleza: 1998, 18 p. (Seminário Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável).

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Brasília (DF): CONDRAF (Documento Final), 2008.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). **Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR)**. Brasília: CONDRAF, 2010, 58p.

DELGADO, N. & LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.14).

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios.** Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD, 2006.

MATTEI, L. **Institucionalidade e protagonismo político: os 10 anos do CONDRAF**. Brasília: MDA-CONDRAF, 2010, 161p.

OS ANOS LULA: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, 424p.

SABOURIN, E., SAMPER, M. y SOTOMAYOR, O. **Políticas públicas y agricultura familiar em América Latina y Caribe: nuevas perspectivas**. San José, IICA, 2015. 400 p.

WESZ JR., V.; GRISA, C.; BUCHWEITZ, V. D. O desempenho do PRONAF no Brasil: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas. In: Anais do 52º Congresso da SOBER. Goiânia (GO): SOBER, 2014.

2. A POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GAME CHANGER PARA SISTEMAS ALIMENTARES, SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS; E COMO LEGADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, AMÉRICA LATINA E CARIBE

Rafael Zavala-FAO Brasil
Najla Veloso-FAO Brasil

Antecedentes

A análise dos atuais sistemas alimentares leva à necessária contextualização de todo um complexo processo de atividades que vai desde a produção de alimentos ao seu descarte, incluindo as etapas de processamento, transporte, comercialização e consumo. Os convencionais sistemas alimentares, de maneira global, têm sido considerados excludentes, inadequados e não sustentáveis porque não têm favorecido que o alimento produzido nos diversos rincões do mundo cheguem, a contento, a todas as populações e satisfaça suas necessidades básicas de boa nutrição, de segurança alimentar e de vida saudável (FAO,2021).

Na contramão da necessidade humana, tais modelos têm, dialeticamente, contribuído e paralelamente sido afetados por eventos associados às mudanças climáticas, à degradação do solo e da biodiversidade, o que parece afirmar que eles não atendem à ordem do crescimento populacional, da urbanização, das inovações sociais e da subsistência sustentável das populações. Sobretudo, há que se considerar, a expressiva correlação que se estabelece entre tais sistemas e os dados prevalentes de insegurança alimentar e de enfermidades não transmissíveis que ocasionam as cerca de 4 milhoes de mortes por ano, decorrentes da má alimentação, especialmente, pela obesidade das populações contemporâneas, considerando crianças, jovens e adultos. (FAO, 2020)

Essas são questões que integram o debate sobre a fome e a pobreza que assolam grande parte da população mundial e, ao mesmo tempo, e de maneira paradoxal, sobre o desperdício global de alimentos. Segundo dados publicados pela FAO, em 2021, persiste, ainda nesse século, uma estimativa global de mais de 810 milhões de pessoas sem acesso a alimentos suficientes, além de aproximadamente dois bilhões de pessoas que não se alimentam e não se nutrem de maneira satisfatória em todo o mundo. Segundo esse organismo, se perduram as tendências atuais, estima-se que em 2030, cerca de 840 milhões de pessoas estarão em grave condição de insegurança alimentar. Focando na América Latina e Caribe, aproximadamente um quarto da população, cerca de 267 milhões de pessoas, vive em condições de insegurança alimentar.

A Organização Mundial de Saúde afirma que a obesidade é um dos mais graves problemas de saúde a enfrentar no mundo. Em 2025, a estimativa é de que 2,3 bilhões de adultos ao redor do mundo estejam acima do peso, sendo 700 milhões de indivíduos com obesidade. No Brasil, essa doença crônica aumentou 72% nos últimos treze anos, saindo de 11,8% em 2006 para 20,3% em 2019. Quanto à obesidade infantil, aponta que 12,9% das crianças brasileiras entre 5 e 9 anos de idade têm obesidade, assim como 7% dos adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos (WHO, 2019).

Paralelamente, agravados pela pandemia dos anos 2020 e 2021, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe e a FAO estimaram que o total de pessoas pobres no mundo aumentou para 209 milhões no final de 2020, ou seja 22 milhões de pessoas que chegaram à linha de pobreza em pouco mais de um ano, e, ainda, que o aumento dos preços dos alimentos impulsionou maior consumo de alimentos de baixos níveis de qualidade nutricional e a diminuição do consumo de alimentos saudáveis e adequados (CEPAL, 2021)

Simultânea e paradoxalmente, a fome e a má nutrição em todas as suas formas convivem com a perda e o desperdício em toda a cadeia de suprimentos de alimentos, desde a colheita até o consumo e descarte.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicou relatório que conclui que 17% dos alimentos são desperdiçados em escala global, que em 2019, 931 milhões de toneladas de alimentos foram desperdiçados, além da terra e dos recursos hídricos utilizados para sua produção. O relatório também indica que esse desperdício de alimentos é responsável por 8-10% das emissões de gases de efeito estufa. (PNUMA, 2019)

Os motivos pelos quais ocorrem as perdas são diversos e passam por toda a cadeia de produção ao consumo. O desperdício de alimentos, igualmente, ocorre por vários fatores, dentre eles podem ser citados o mau planejamento das compras e seleção dos alimentos, o inadequado armazenamento, a má organização e uso de ingredientes no preparo das refeições, a compra excessiva, a confusão sobre rótulos e armazenamento inadequado, entre outros.

Já se concebe que essas perdas e desperdícios reduzem a disponibilidade de alimentos no nível local e mundial, geram perdas de renda para os produtores e aumentam os preços para os consumidores, além de gerar um desperdício significativo de recursos e energia e altas emissões de gases de efeito estufa. Em síntese se, há um intrigante entrelaçamento de pobreza, fome, desigualdade, desperdício e desequilibro unificados e coadjuvantes, em um mesmo cenário. (PNUMA, 2019)

Como agravante, análises qualitativas realizadas durante a pandemia indicam que as perdas e desperdícios de alimentos aumentaram ainda mais nesse período marcado pelo distanciamento social, pelas restrições de tráfego nas grandes cidades, pelo fechamento de escolas e outras necessárias medidas de segurança adotadas para o momento. (CEPAL, 2021)

Diante desse cenário, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e outras entidades têm alertado sobre a urgente e necessária transformação desses convencionais sistemas alimentares de forma a, preliminarmente, reduzir o custo dos alimentos nutritivos e gerar a todas as populações acessibilidade a dietas adequadas e saudáveis.

Trata-se de uma premente necessidade de adoção de políticas que impactem na melhoria da nutrição, na eficiência das cadeias de produção e oferta de alimentos, incluindo perdas e desperdícios, no uso de mecanismos eficientes de comercialização nacional e internacional de alimentos, na proteção social a vulneráveis, no comportamento do consumidor e em estratégias e tecnologias que favoreçam melhor uso do solo e do meio ambiente. (PNUMA, 2021)

Em seu marco estratégico 2023-2031, a FAO tem apontado para a promoção de quatro pilares: uma melhor produção, uma melhor nutrição, um melhor ambiente e uma melhor qualidade de vida, sem deixar ninguém para trás. Além disso, para a tecnologia e a inovação como ferramentas imprescindíveis aos avanços e transformações necessárias.

O legado de mais de uma década de cooperação internacional Brasil-FAO em alimentação escolar

Nesse contexto, uma das políticas que mais tem se destacado como uma expressiva estratégia de melhoria da qualidade nutricional das populações é a alimentação escolar, cujos programas atendem a aproximadamente 300 milhoes de estudantes no mundo, dos quais, 87 milhões de estudantes vivem na América Latina e Caribe. Essa política de oferta de alimentos torna-se ainda mais relevante diante da estimativa de que para 10 milhões dos estudantes latinos e caribenhos, a alimentação oferecida na escola é a principal ou única refeição do dia.

Desde o ano 2009, o Governo do Brasil, representado pelo Fundo Nacional de Educação – FNDE/MEC e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, juntamente com FAO têm oferecido aos países em desenvolvimento na América Latina e Caribe ações de cooperação internacional, tendo como referência a experiência de mais de seis décadas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é um programa unviersal, que atende 41 milhões de estudantes todos os dias, de forma descentralizada, participativa, articulada e colaborativa entre as unidades da federação, em todos os 200 dias letivos previstos na legislação educacional. (FAO e ABC/MRE.2022)

Segundo a coordenadora regional de alimentação da Cooperação Brasil-FAO na América Latina e Caribe, Najla Veloso (co-autora), que há mais de doze anos acompanha o movimento de consolidação dos programas de alimentação escolar na região, o programa brasileiro é reconhecido como pioneiro e inovador na região por impactar, de maneira direta, na segurança alimentar e no desenvolvimento social, especialmente nas áreas rurais, onde a pobreza e a fome são maiores. A partir de uma rede solidária e horizontal, mais de 20 países estão altamente comprometidos e envolvidos numa rede de

alimentação escolar em favor de programas de alimentação escolar sustentáveis, cujos avanços beneficiam estudantes, profissionais da educação e pequenos produtores, além de qualificar o debate sobre sistemas alimentares na região. São diversos governos da Latina e Caribe comprometidos com o enfrentamento dos desafios de nossa geração apontados pela agenda 2030. (Najla Veloso, 2020)

Ao longo dos 65 anos de história do PNAE, diversas melhorias foram geradas, causando um impacto maior dessa política pública. Dentre essas melhorias, cinco pontos merecem destaque: o primeiro é a vinculação da agricultura familiar na estratégia de compras públicas de alimentos. Essa inserção gerou maior estabilidade no meio rural, pois a demanda é praticamente permanente e gerou um esquema de inclusão social e econômica que tem se mostrado muito positivo como parte da estratégia de desenvolvimento rural. O segundo aspecto a destacar foi a geração de emprego e a inclusão, principalmente de mulheres, por meio da promoção de cozinhas para o preparo de alimentos. O terceiro é o monitoramento da qualidade da alimentação, do qual participam universidades e Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, que envolvem mais de 30 mil pessoas por todo o país, entre profissionais, pais e mães, estudantes e sociedade civil organizada. Mais recentemente, vale destacar o acompanhamento da rede de nutricionistas (principalmente mulheres jovens) que promovem a melhor qualidade dos alimentos oferecidos. Por fim, a promoção de ambientes alimentares saudáveis nas escolas que incutam uma maior cultura alimentar nos alunos. Isso se passa em uma região tão prejudicada pela obesidade quanto todo o continente americano.

Todas essas melhorias e outras fizeram parte desse laboratório de políticas públicas que vem ocorrendo no Brasil, particularmente nas duas últimas décadas e que, por meio da cooperação trilateral, sem dúvida, teve um impacto positivo nas políticas públicas dos países da América Latina e Caribe. A demanda por cooperação trilateral se deu, especialmente, a partir da promulgação de lei específica reguladora da alimentação escolar no país, em 2009, quando ficou normatizado que ao menos 30% dos recursos destinados ao programa fossem empregados em produtos originados da agricultura familiar local. Essa estratégia estimula uma dupla via de benefícios: garantir alimentação saudável, fresca e de circuito curto na escola aos estudantes, e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar local, promovendo a geração planejada e segura de ingressos às familias rurais. (Brasil. Lei 11.947/2009)

O Programa de cooperação internacional fomentado e costeado pelo governo brasileiro e apoiado pela FAO há treze anos tem como principal objetivo fortalecer, consolidar e institucionalizar os programas de alimentação escolar da região como uma estratégia clara e objetiva de enfrentamento do cenário de fome, da pobreza e da insegurança alimentar, além dos desafios de melhoria da qualidade da educação, da saúde e da equidade de gênero.

Os mais evidentes resultados dessa cooperação é a capacitação de mais 10 mil técnicos e gestores dos 21 países participantes e a promulgação de leis especificas de alimentação escolar em seis países, que guardam semelhança com a lei de alimentação escolar brasileira, inclusive no que se refere às diretrizes de oferta de educação alimentar e nutricional e de compras publicas de produtos adquiridos diretamente da agricultura familiar[1].

Como uma das ações regionais, desde 2018, o Programa implementa a Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES) que consolida o compromisso do governo brasileiro e da FAO com a melhoria da qualidade da alimentação oferecida aos mais de 87 milhões de estudantes da Região.

[1] Saiba mais: https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/consolidacao-alimentacao-escolar/pt/

O objetivo da RAES é apoiar os países da América Latina e do Caribe na implementação e reformulação de seus programas, sob o princípio do direito humano à alimentação adequada. Nos últimos anos, diversos eventos e atividades foram realizados com a participação de gestores e técnicos dos 33 países da Região. Entre eles se menciona o desenvolvimento de capacidades, o intercâmbio de experiências, o fomento de diálogos sobre os desafios da pandemia na operacionlização dos programas, além de apoio técnico aos países no movimento de retorno dos estudantes às escolas.

A alimentação escolar como *game changer* na construção de sistemas alimentares includentes, resilientes e sustentáveis

Fortalecer os programas de alimentação escolar implica, principalmente, na ampliação da cobertura de estudantes, na sua continuidade por todo o ano letivo nacional, na institucionalização por meio de normativas legais como política pública regular (inclusive em situações de desastres ou crises sanitárias), na melhoria da qualidade da infraestrutura das escolas para preparação e distribuição de alimentos e na oferta de produtos perecíveis, frescos, saudáveis e culturalmente adequados a cada grupo etário. Associada a essa oferta, há a previsão de ações de educação alimentar e nutricional que motivam a adoção de hábitos alimentares saudáveis e promovem uma nova cultura alimentar menos obesogênica e de consumo de alimentos in natura e locais.

Sintetizando, cabe a indagação: por que defender a alimentação escolar como um *game changer* na construção de sistemas alimentares includentes, resilientes e sustentáveis? Como justificativa, enumeram-se os principais elementos que favorecem a necessária transformação: i) por ser esta uma política perceptivelmente articuladora das ações governamentais e não governamentais, que, simultaneamente, concilia benefícios à política de educação, de saúde, de agricultura e de segurança alimentar; ii) porque tem o potencial de garantir sistematicamente acesso a alimentos frescos e saudáveis, especialmente frutas e verduras, a cerca de 20% das populações dos países; iii) porque alcança promover mudanças nos maus hábitos alimentares não somente dos estudantes, mas de toda a sua família; iv) porque favorece a permanência de jovens e adolescentes mulheres na escola, garantindo a elas melhores condições de mobilidade e inclusão social, impulsionando a redução das desigualdades de gênero; v) porque impacta na qualidade de vida dessa e das proximas gerações, uma vez que qualifica os futuros pais e mães das gerações futuras para a redução do desperdício de alimentos e para escolhas alimentares saudáveis, e, vi) porque representa uma política geradora de emprego e renda para nutricionistas, cozinheiros e cozinheiras, transportadores e distribuidores de alimentos, entre outros profissionais envolvidos nesses programas. Além disso, vii) estimula a aquisição de alimentos locais e o desenvolvimento rural por meio da produção planejada, sistemática e contínua dos pequenos produtores e produtoras rurais, fomentando o associativismo e o cooperativismo como formas de organização da sociedade civil.

Ao promover e fortalecer as economias locais, por meio de relações de comércio mais justas e éticas, de circuito curto, os programas de alimentação se apresentam como uma alternativa às cadeias de suprimentos industriais globais, com produtos que refletem as características de oferta de alimentos locais, naturais, saudáveis e confiáveis. Além do aspecto nutricional, os circuitos curtos de comercialização impactam também no meio ambiente, na quantidade de emissão de gases e na qualidade e inocuidade dos produtos oferecidos à população estudantil. (Aguiar, Del Grossi, Thomé, 2018)

Importa ressaltar que no marco da cúpula mundial sobre sistemas alimentares o governo brasileiro e outros incluíram a alimentação escolar como um dos 4 compromissos a serem desenvolvidos nos sistemas alimentares do países[2].

Pelo exposto, dada a sua transversalidade e escopo de atuação, existe um reconhecimento de nível global de que os programas de alimentação escolar são ferramentas eficazes para contribuir com o cumprimento do direito humano à alimentação adequada e para o alcance das metas relativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente ODS 1 (Redução da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero), ODS 3 (Boa Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (equidade de gênero), ODS 8 (Trabalho Decente e crescimento), ODS 10 (Redução das desigualdades) e ODS 12 (Produção e consumo responsáveis).

Concluimos essa breve análise, com a reflexão do Representante da FAO no Brasil, Rafael Zavala, que afirma: "*aumentar a eficiência de nossos sistemas agroalimentares e reduzir a perda e o desperdício de alimentos exige uma mudança de comportamento, bem como investimento em inovação, tecnologias e infraestrutura. Mais do que nunca, todos precisam repensar formas mais sustentáveis de produção, consumo e descarte de alimentos (grifos nossos)*".

Que a política de alimentação escolar e seu potencial revolucionário sejam cada vez mais reconhecidos no grande desafio de construção de sistemas alimentares includentes, resilientes, saudáveis e sustentáveis, que permitam melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e, consequentemente, mais dignidade de vida para os estudantes e para toda a população.

Referência bibliográfica

AGUIAR, Luane da Conceição; DELGROSSI, Mauro Eduardo; THOME, Karim Marini. Short food supply chain: characteristics of a family farm. Ciência Rural, Santa Maria, v. 48, n. 5, e20170775, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0103-8478cr20170775. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782018000500800&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2022.

Brasil. Lei no 11.947 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 2009; 16 jun.
Lei Brasil AE

CEPAL, 2021. *Social Panorama of Latin America*. Roma

FAO, FIDA, UNICEF, PMA, OMS. 2020. *The State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI). Roma.

FAO e INRAE. 2021. *Facilitando sistemas alimentarios sostenibles: Manual para innovadores.* Roma.

FAO e ABC/MRE. 2022. *Trajetória da cooperação entre o Brasil e a FAO na América Latina e o Caribe*. Santiago. https://doi.org/10.4060/cb8915pt.

PNUMA.2019. Relatório *Índice de Desperdício de Alimentos. Roma.*

[2]Saiba mais: https://www.un.org/en/food-systems-summit

WHO. 2019. Relatório global da saúde. Roma.

Produtividade Total dos Fatores - Brasil e Países Selecionados

Autores:

José Garcia Gasques Filiação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA E-mail: jose.garcia.gasques@gmail.com e jose.gasques@agro.gov.br

Eliana Teles Bastos Filiação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA E-mail: eliana.bastos@agro.gov.br

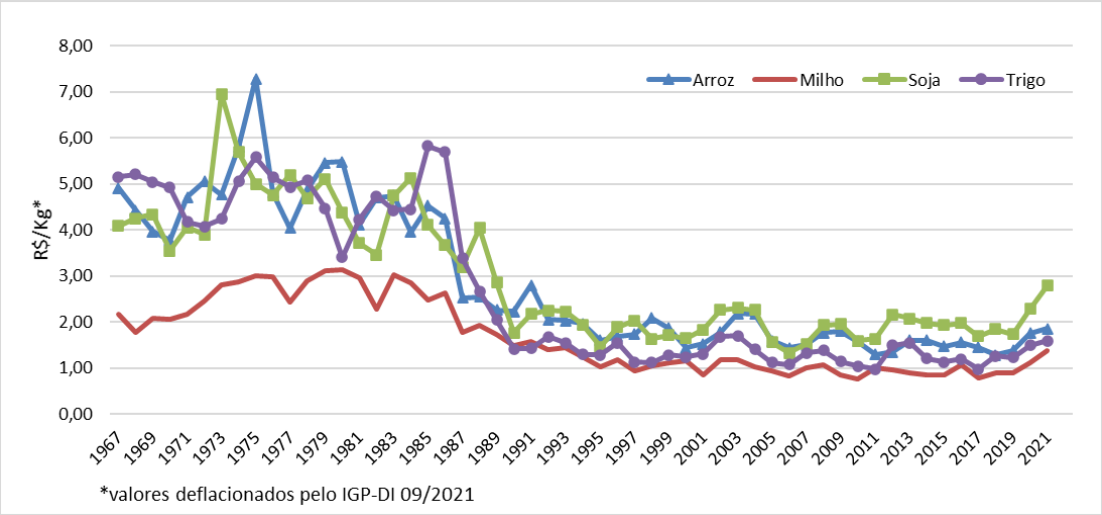
Mirian Rumenos Piedade Bacchi Filiação: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA da Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz" - ESALQ, da Universidade de São Paulo - USP E-mail: mrpbacch@usp.br

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho Filiação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Universidade Federal de Viçosa (PPEA/UFV) E-mail: jose.vieira@ipea.gov.br

Resumo

A mudança tecnológica é um fator determinante para garantir o crescimento sustentável do setor agropecuário no Brasil e no mundo. Desde os anos 70, o Brasil tem conseguido ampliar a oferta de alimentos, contribuindo assim para o abastecimento dos mercados interno e externo. Entre 1980 e 2021 a produção de grãos aumentou quase 400,0% (Conab, 2021). O objetivo deste artigo foi calcular e analisar a produtividade total dos fatores no Brasil de 1975 a 2020. Além disso, por meio do estudo organizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), foi possível comparar um grupo de 187 países. Nessa comparação internacional, o Brasil destacou-se pelo potencial de crescimento da produtividade, notadamente a partir da década de 2000. De 2000 a 2019, a produtividade total dos fatores no Brasil cresceu cerca de 3,2% ao ano, enquanto o mesmo indicador mundial ficou em torno de 1,7%. Segundo Vieira Filho et al. (2020), a tecnologia explicou a maior parte do crescimento no valor bruto da produção. Entre 1995 e 2017, para um crescimento de 100% no valor bruto da produção, a participação da tecnologia subiu de 50% para pouco mais de 60%, respectivamente. Nesse mesmo período, a participação do fator trabalho diminuiu de 31% para menos de 20%, enquanto a participação do fator terra praticamente ficou estável em 20%. O aumento da produtividade permitiu a expansão da oferta produtiva maior do que a

demanda, o que reduziu os preços dos alimentos. De acordo com Alves, Sousa e Brandão (2010), de 1970 a 2009, observou-se uma queda de quase 23% do preço da cesta básica. No período de 1978 a 2005, a redução dos preços foi ainda mais significativa, em torno de 75%. Para ilustrar, a Figura 1 mostra uma série longa de preços recebidos pelos produtores de um grupo de produtos relevantes (arroz, milho, soja e trigo). Há duas observações: 1) a produção agrícola tem crescido 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER 08 a 11 de Agosto de 2022 | Natal - RN 2 dado que a tecnologia permite a remuneração dos fatores produtivos a custos mais baixos; e 2) os consumidores se beneficiam dessa tendência de redução dos preços, implicando em redistribuição de renda de um modo amplo.



Fonte: FGV Fundação Getúlio Vargas e CONAB–Companhia Nacional de Abastecimento